



412  
M

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

Recurso de Agravo em Apelação Cível nº: **0243373-6**

Agravante: **CLARO**

Agravado: **Clínica de Fisioterapia e Hidroterapia de Casa Forte Ltda.**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Rel Subst: **Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes**

**Acórdão**

**EMENTA** - PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. APELAÇÃO CÍVEL. ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA. CONTRATO DE COMODATO DE APARELHO CELULAR. DEFEITO NO PRODUTO. PROBLEMA NÃO SOLUCIONADO. AUSÊNCIA DE SUBSTITUIÇÃO DO TELEFONE. INCLUSÃO DO CONSUMIDOR NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR DE R\$10.000,00. MONTANTE ADEQUADO. DECISÃO MANTIDA.

1. Recurso de agravo que constitui mera renovação das alegações esposadas na peça apelatória, inexistindo qualquer fato ou elemento novo que justifique a reforma pretendida, enquadrando-se no entendimento pacífico do STJ de que a decisão deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos.
2. Ilegitimidade passiva. Responsabilidade solidária dos fornecedores perante o consumidor pelos vícios de qualidade nos produtos disponibilizados (arts. 14, 18, 20 e 25 § 1º CDC).
3. Contrato de comodato com a empresa de telefonia. Aparelho recebido pela Claro com problemas após um mês. Remessa à assistência técnica. Defeito não solucionado, nem substituição do bem. Falha na prestação do serviço. Art. 20 e 21 do CDC.
4. Inclusão do nome da autora no cadastro de inadimplentes. Parte autora que se encontra adimplente, com a existência, inclusive, de comprovante de depósito consignado nos autos.
5. Pessoa jurídica que teve seu bom nome, a credibilidade e a imagem atingidos. Dano moral configurado. Valor de R\$10.000,00 (dez mil reais).
6. Recurso de Agravo improvido. Decisão unânime.

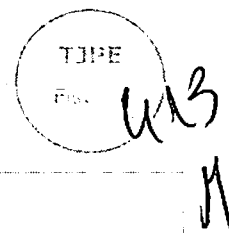
**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do **Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 0243373-6**, da Comarca de Recife, em que figuram como Agravante **CLARO** e, como Agravada, **Clínica de Fisioterapia e Hidroterapia de Casa Forte Ltda.**

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao Agravo legal interposto por **CLARO**, conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 28 de  de 2014.

**Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes**  
**Relator Substituto**



**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

Recurso de Agravo em Apelação Cível nº: **0243373-6**

Agravante: **CLARO**

Agravado: **Clínica de Fisioterapia e Hidroterapia de Casa Forte Ltda.**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Rel Subst: **Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes**

**Relatório**

Cuida-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa, que, com arrimo no art. 557, do CPC, negou seguimento ao apelo oferecido contra sentença que julgou procedente o pedido da inicial.

No caso em tela, a autora requereu a ampliação de seu plano junto a telefônica e, assim, recebeu mais um celular da empresa a título de comodato, passando a utilizar 6 (seis) linhas, com um acréscimo, conseqüentemente, em sua fatura.

Todavia, com um mês de uso, o aparelho passou a apresentar defeito, razão pela qual a consumidora entrou em contato com a Claro, a fim de solucionar o problema.

O celular foi levado a assistência técnica, que, contudo, não resolveu o impasse. Assim, a consumidora ajuizou a presente demanda.

O telefone defeituoso restou devolvido às fls. 54.

O juízo entendeu não ser cabível a cobrança dos valores pelos seis aparelhos, quando, de fato, a autora apenas se encontraria utilizando 5 (cinco) deles. Destarte, julgou procedente o pedido para que a ora agravante cobrasse apenas pelos cinco celulares e condenou, também, a Claro por danos morais na quantia de R\$10.000,00 (dez mil reais) a título de dano moral, acrescido de correção monetária e juros de mora a contar do arbitramento, em virtude de inclusão da consumidora no cadastro de inadimplentes.

Na presente irresignação, a recorrente renova os argumentos do apelo, alegando a ausência do dever de indenizar, já que teria agido no exercício regular de direito, e, subsidiariamente, pede pela redução do *quantum* indenizatório.

Por fim, pugna pela reconsideração do julgado e, caso assim não suceda, requer a sua análise pelo colegiado.

É o relatório.

Recife, 22 de maio de 2014.

**Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes**  
**Relator Substituto**

**QUARTA CÂMARA CÍVEL**

Recurso de Agravo em Apelação Cível nº: **0243373-6**

Agravante: **CLARO**

Agravado: **Clínica de Fisioterapia e Hidroterapia de Casa Forte Ltda.**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Rel Subst: **Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes**

**Voto**

Cuida-se de recurso de agravo interposto contra decisão terminativa monocrática proferida em sede de apelação, merecendo ser destacado, contudo, que não há qualquer argumento novo apto a modificar o entendimento já firmado através da decisão terminativa monocrática prolatada por este relator.

Assim, passo a enfatizar os argumentos já explanados na decisão monocrática a fim de elucidar o mérito do recurso.

**ILEGITIMIDADE PASSIVA**

Como é cediço, tratando-se de relação de consumo, como a existente no caso, há indiscutível incidência do Código de Defesa do Consumidor, que prevê a responsabilidade solidária dos fornecedores perante o consumidor pelos vícios de qualidade nos produtos disponibilizados (arts. 14, 18, 20 e 25 § 1º CDC).

Assim, entendo que a recorrente é parte legítima para a presente ação e, logo, **afasto a preliminar** levantada, razão pela qual passo a examinar o mérito da controvérsia.

**DO MÉRITO**

Verifica-se no caso que a parte autora celebrou contrato de comodato com a empresa de telefonia, recebendo 5 (cinco) linhas telefônicas e, posteriormente, ampliou o plano, obtendo mais um celular.

Todavia, o aparelho apresentou problemas em um mês de uso, o que restou provado, porquanto transcorrido um mês da data da compra, a autora teve que remetê-lo à assistência técnica, conforme documentos de fls. 40/42.

A partir de então, por diversas vezes a demandante tentou contato com a empresa recorrente, buscando resposta à solução do seu problema, restando infrutíferas suas tentativas.

Diante disso, constata-se que a recorrente falhou na prestação de serviço, uma vez que o aparelho foi para a assistência técnica, mas o defeito permaneceu e a telefônica não o solucionou, nem substituiu o bem.

Com efeito, não assiste razão a empresa ora agravante.

Vejamos o que estabelece o Código de Defesa do Consumidor:

**Art. 20. O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:**

**I - a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível;**

**II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;**

III - o abatimento proporcional do preço.

(...)

**§ 2º São impróprios os serviços que se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que não atendam as normas regulamentares de prestabilidade.**

**Art. 21. No fornecimento de serviços que tenham por objetivo a reparação de qualquer produto considerar-se-á implícita a obrigação do fornecedor de empregar componentes de reposição originais adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, salvo, quanto a estes últimos, autorização em contrário do consumidor.**

Destarte, indubitavelmente houve uma falha na prestação do serviço pela telefônica e a empresa consumidora restou prejudicada por esse fato.

Ademais, em relação a ausência de comprovação da inclusão do demandante no cadastro de inadimplentes, a ora agravante foi contraditória nas afirmações, na medida em que, em um primeiro momento sustentou a inexistência de prova do fato e, posteriormente, alegou ter agido no exercício regular de direito ao indicar o nome do usuário a negativação, em razão de inadimplência.

Outrossim, a parte autora encontra-se adimplente, inclusive há comprovante de depósito consignado nos autos (fl. 289).

A conduta da empresa recorrente, tanto quanto a falha da prestação do serviço, ao não solucionar o defeito no aparelho da consumidora e cobrar pela sua utilização, quanto por incluir o nome da agravada nos cadastros de inadimplentes causaram transtornos de ordem moral.

Com efeito, a pessoa jurídica recorrida sofreu dano moral em sentido amplo, na medida em que restou atingido o bom nome, a credibilidade e a imagem da empresa por um motivo insubsistente e caracterizado *in re ipsa*.

Nesse sentido, trago à colação os seguintes julgados:

**Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PROTESTO INDEVIDO. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. FACTORING. SOLIDARIEDADE. A pessoa jurídica pode ser vítima de dano moral (honra objetiva) quando atingida em sua imagem, credibilidade e bom nome no meio social e no mercado em que atua (Sumula 227 do STJ). Tratando-se de protesto indevido de título já quitado, o dano moral caracteriza-se *in re ipsa*, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica. A empresa de factoring adquire o título com todos os vícios nele contidos, razão pela qual deve responder solidariamente por eventuais danos sofridos pelo comprador da mercadoria ou adquirente do serviço em decorrência de indevido protesto do título. VALOR INDENIZATÓRIO. O quantum indenizatório, atendido o princípio da razoabilidade, deve ser fixado considerando as circunstâncias do caso, o bem jurídico lesado, a situação pessoal do autor, inclusive seu conceito, o potencial econômico do lesante, a idéia de atenuação dos prejuízos do demandante e o sancionamento do réu a fim de que não volte a praticar atos lesivos semelhantes contra outrem. APELAÇÃO PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70055391718, Décima Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Antonio Angelo, Julgado em 05/11/2013).**

**Responsabilidade civil. Prestação de serviços de propaganda. Inépcia da inicial afastada. Propaganda com erro na divulgação de endereço eletrônico. Empresa que atua no ramo de servidores de internet. Indicação de provedor concorrente. Cláusula contratual que prevê abatimento no preço. Contrato de adesão. Ausência de destaque. Desatendimento do disposto no art. 54, § 4º, do CDC. Danos morais configurados. Abalo da credibilidade da empresa demonstrada. Indenização devida. Recurso provido. (TJ-SP - APL: 100761920068260602 SP 0010076-**

TIPE  
R. 111

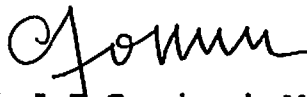
19.2006.8.26.0602, Relator: Hamid Bdine, Data de Julgamento: 08/11/2012, 32ª  
Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 13/11/2012).

DIREITO DO CONSUMIDOR. PROCESSO CIVIL. APELOS PRINCIPAL E SUBORDINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTROS DE INADIMPLENTES. DANO MORAL À PESSOA JURÍDICA. POSSIBILIDADE. IMPROVIMENTO. I - **O simples fato da negativação indevida em cadastros de inadimplentes representa e enseja transtornos e abalo à credibilidade da empresa consumidora, constituindo, assim, causa suficiente à procedência do pleito indenizatório por danos morais;** II - delineados os elementos referentes ao dano indenizável e à responsabilidade do agente causador do dano, resta configurado o direito à indenização do lesionado; III - o dano moral não exige prova, a lesão é ipsa re, bastando, tão-somente, a demonstração do ilícito, detentor de potencialidade lesiva; IV - fixado valor de indenização por danos morais nos padrões de razoabilidade, faz-se desnecessária a intervenção do órgão ad quem, devendo prevalecer os critérios adotados na instância de origem. V - apelações principal e subordinadas não providas. (TJ-MA - AC: 192822008 MA, Relator: CLEONES CARVALHO CUNHA, Data de Julgamento: 22/10/2008, SAO LUIS).

Quanto ao *quantum* indenizatório, manteve a decisão de primeiro grau por entender ser o valor de R\$10.000,00 (dez mil reais) adequado para reparar os prejuízos suportados pela empresa agravada, considerando a conduta indevida da agravante e o seu potencial econômico, restando presentes os pressupostos da responsabilidade civil, tanto em sua nuance reparadora quanto em seu efeito pedagógico.

Diante do expendido, voto pelo **não provimento** do Recurso de Agravo.

Recife, 28 de maio de 2014.



Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes  
Relator Substituto

mwl